

Políticas de Ação Afirmativa: contribuição da Unicamp

É equivocado associar políticas de ação afirmativa a cotas nas IES brasileiras. Cotas são sem dúvida uma forma de ação afirmativa mas não a única. No Brasil pelo menos oito IES públicas têm programas de ação afirmativa sem cotas.

No Brasil costuma-se selecionar os estudantes do ensino superior através do vestibular, um conjunto de provas que com o tempo foi se reduzindo a um punhado de questões difíceis, envolvendo mais memorização do que raciocínio ou as habilidades normalmente exigidas no ensino superior. Esse processo resultou na exclusão das classes menos favorecidas, dado que passaram a existir cursos privados voltados para a aprovação no vestibular. Como reação a essa situação obviamente injusta, setores da sociedade vêm exigindo cotas para egressos de escolas públicas e para negros e indígenas. No entanto, algumas IES tratam o vestibular com preocupação acadêmica e social, utilizando provas voltadas para o raciocínio e a capacidade de leitura. Com isso as chances de aprovação de egressos de escolas públicas e particulares são muito semelhantes. Mesmo assim fatores como capital cultural familiar e acesso à cultura podem influenciar as chances de aprovação de um dado candidato.

Sempre que o objetivo de uma dada IES pública for atingir um percentual definido de negros ou de egressos de escolas públicas, independentemente da demanda, provavelmente cotas serão a forma mais rápida para atingir esse percentual. No entanto, para algumas universidades, especialmente as de pesquisa, o objetivo é garantir equidade no acesso de forma aqueles que melhor aproveitarão o investimento feito pelo estado sejam selecionados.

A experiência da Unicamp com o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) ilustra bem esse caso. O PAAIS originou-se a partir da constatação que como sistema de seleção o vestibular é limitado, na medida em que ele não consegue levar em conta parâmetros ligados à história de vida dos candidatos. Um estudo feito na Unicamp considerando os ingressantes entre 1994 e 1997 mostrou que ter estudado o ensino médio em escola pública é um fator que influencia positivamente o desempenho acadêmico durante a graduação. Combinando isso com a importância da diversidade no meio universitário, foi estabelecido um programa de adição de pontos bônus para egressos de escola pública e para negros e indígenas. O objetivo do programa era aumentar a presença da escola pública e da diversidade étnica na universidade para aliar inclusão social e desempenho acadêmico.

Após 4 anos de aplicação do programa constatou-se que os objetivos foram plenamente alcançados. A proporção de matriculados oriundos de escola pública aumentou consideravelmente, superando a demanda especialmente nos cursos mais concorridos como Medicina. Em um ano o desempenho médio dos beneficiados pelo programa não só tinha melhorado em relação aos demais estudantes como o superava.

Programas de ação afirmativa balizados pela demanda em lugar de cotas absolutas, independentes da demanda apresentam maiores chances de sucesso acadêmico. Eles são portanto mais adequados a instituições de pesquisa, que podem admitir estudantes mais talentosos do que os que deixam de ser selecionados. Isso nem sempre ocorre com programas de cotas.